

## EDUCAÇÃO E MOVIMENTO SOCIAL: A QUESTÃO DA QUALIDADE DO ENSINO NA PERSPECTIVA DE UM SINDICATO DE EDUCADORES

*João Pinto Furtado\**

**Sinopse:** Este artigo discute o problema da qualidade do ensino no interior do sistema de ensino público de Minas Gerais a partir do tratamento dado à questão pela União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais. Procuramos estabelecer uma relação entre as concepções pedagógicas propriamente ditas e as práticas políticas e sindicais mais amplas. Nesse sentido o artigo aborda ainda, do ponto de vista sociológico, o problema da reorganização do sistema produtivo e das condições de trabalho em suas relações com o movimento enfocado.

Este trabalho procura discutir um dos temas fundamentais de mobilização, e alguns dos impasses enfrentados, ao longo dos anos 80 e início dos 90, pelo movimento de profissionais de ensino da Rede Pública Estadual de Minas Gerais<sup>1</sup>. Para além da relevância intrínseca à questão educacional, percebemos que o tema da qualidade do ensino, objeto de grandes embates entre Sindicato e Estado, reveste-se de grande atualidade, na medida em que espelha toda uma problemática mais ampla que envolve o próprio papel do Estado na gestão não só do sistema escolar, como de toda estrutura de serviços públicos.

Referindo-se ao contexto mundial e tomando como referência a

---

\* Professor Assistente do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em Sociologia pela UFMG.

1 - O fato de que os aproximadamente 200.000 professores da Rede Estadual de Ensino prestam serviços, em praticamente todos os 756 municípios do Estado (e em aproximadamente 6.500 escolas), a 3.500.000 alunos confere ao estudo do movimento dos professores uma importância especial, seja do ponto de vista histórico e sociológico, seja do ponto de vista político e econômico, seja do ponto de vista pedagógico.

questão da organização e gestão do trabalho. OFFE (1989) aponta com grande acuidade as dimensões mais amplas deste fenômeno ao mesmo tempo em que introduz a necessidade de se estar atento às especificidades trazidas no bojo da expansão da produção “de serviços”. Nesse autor lemos:

*“Nas sociedades capitalistas industriais, o contínuo e rápido aumento na proporção e trabalho social empregado na produção de serviços indica que problemas de escassez e de eficiência, que determinam a racionalidade na produção dos bens industrializados, são suplementados com problemas de ordem e normalização, que não podem ser adequadamente tratados a partir da supremacia técnica e econômica da escassez, mas que requerem uma racionalidade específica do trabalho em serviços. (...) Tanto em empresas privadas como em públicas, atividades como ensino, saúde, planejamento, organização, controle, administração e aconselhamento - isto é, atividades de prevenção, absorção e processamento dos riscos e desvios da normalidade - são majoritariamente dependentes de salário, exatamente como ocorre com a produção industrial de mercadorias”* (OFFE, 1989:10)

Isto explicaria, em parte, alguns dos elementos da retórica do professorado, sobretudo no que respeita à alardeada articulação entre níveis salariais e desempenho profissional. Por outro lado, acompanhando ainda o argumento de OFFE, precisamos aprofundar o exame das especificidades que caracterizam a “racionalidade” própria do desempenho de uma “produção de serviços”, o que nos remeterá ao problema dos impasses e ambiguidades enfrentados pelo movimento ao longo dos anos 80 e que **resultaram na posição central da qualidade do ensino e da recuperação da gestão escolar como bandeiras do movimento**. No mesmo texto, logo adiante, temos:

*“O trabalho em serviços difere do trabalho produtivo pela falta de um ‘critério de eficiência econômica’, claro e incontroverso, do qual possam ser estrategicamente derivados o tipo e a quantidade, o lugar e o ritmo de trabalho ‘aconselháveis’. (...) No que diz respeito à*

*racionalidade técnica do trabalho em serviços, sua não-padronização deve ser aceita e substituída por qualidades como competência interativa, consciência da responsabilidade, empatia e experiência prática adquirida. No lugar dos inseguros critérios econômico-estratégicos de racionalidade, encontram-se cálculos baseados em convenção, vontade política ou consenso profissional” (OFFE, 1989:10-11)*

Este aspecto induz à discussão de um dos pilares do sistema de “modernização”, implantado no Brasil a partir dos anos sessenta, que se assentava na expansão da ingerência do setor público na formação, gestão e processamento do sistema produtivo. Verificamos que, no Brasil pós-64, o fato se deu em paralelo à expansão dos sistemas de ensino privado e público no sentido de incrementar o processo de formação de mão-de-obra qualificada e semi-qualificada a serem incorporadas ao processo produtivo<sup>2</sup>.

Essa nova política educacional de massas vincula-se ao desenvolvimento do sistema produtivo a partir da “concepção de que há uma estreita relação entre nível educacional e o aumento dos níveis de produção e otimização do setor produtivo”. A avaliação da eficiência e do alcance desta afirmação passa por uma discussão sobre o problema da qualidade do ensino. Por seu lado, os gestores estatais procuram estabelecer parâmetros mínimos de produtividade escolar que se diferenciam por sua natureza daqueles que passam a ser reivindicados pelo movimento dos educadores. O movimento de professores da rede pública, por outro lado, ao procurar se apropriar da bandeira da qualidade do ensino, busca, na verdade, alterar os parâmetros de avaliação do sistema escolar, no sentido da criação de um consenso profissional a ser

---

2 - É preciso destacar, como sugerem SAVIANI (1980), RIBEIRO (1981) e PERALVA (1992) que, neste contexto, o processo de “massificação do ensino” está relacionado a um concomitante processo de **diferenciação qualitativa** na prestação destes serviços. Em termos de ensino elementar, são pujantes as evidências de que há uma estreita relação entre o crescimento do número de escolas públicas e a formação das classes trabalhadoras. O setor público passa a atender preferencialmente às classes populares, ao passo que escolas privadas atendem preferencialmente aos demais segmentos da sociedade. Esta constatação, por parte de segmentos do próprio professorado, como veremos adiante, será responsável por uma série de desdobramentos no que se refere ao uso do instrumento “greve” em relação ao segmento que estudamos.

compartilhado, não só no interior do próprio movimento como no plano mais geral. Ali se articulam a proposta de que "a educação deve estar a serviço de um projeto global de transformações sociais", base de sua identidade, e vários elementos ligados à prática profissional cotidiana.

Nesse contexto, no que se refere ao estudo do problema da qualidade e suas diferentes leituras por parte dos agentes sociais, temos a implantação, por parte do Estado, de uma determinada proposta de "modernização", com evidente impacto sobre o ensino, que se articula a um correlato processo de crescimento quantitativo da categoria profissional dos professores públicos<sup>3</sup>. Por outro lado, em estreita relação, temos um processo de "pauperização" e rebaixamento salarial geral<sup>4</sup> entre estes profissionais que ensejou o surgimento da consciência, corrente no meio em questão, de que teria havido um processo de "proletarização" da categoria. **O exame do processo de constituição do movimento e de seus determinantes histórico-sociais, em nossa perspectiva, contribui para explicar o surgimento e desenvolvimento de uma série de estratégias e valores novos em relação ao movimento docente, para organização da categoria e definição de uma proposta pedagógica concreta.**

O tema da qualidade do ensino passa a ser trabalhado a partir de uma discussão sobre o problema da gestão do trabalho que é, na perspectiva do movimento de educadores, sempre referido a um projeto global de transformações sociais. **Na discussão sobre o problema da qualidade do ensino o movimento busca, na verdade, propor parâmetros de avaliação e transformação do sistema escolar que funcionem no sentido da articulação entre sua ação política e a criação de um consenso profissional a ser compartilhado não só no interior do próprio movimento como no plano mais geral.** Portanto, a proposta de que "a educação deve estar a serviço de um projeto global de transformações sociais",

---

3 - Citando dados dos "Anuários Estatísticos do Brasil" quanto ao crescimento numérico dos profissionais de ensino, PERALVA afirma que de "1962 a 1978 o número de professores de 1º e 2º graus no Brasil variou de 377.000 a 1.039.580 - vale dizer, quase triplicou (PERALVA, 1992:12).

4 - Apenas a título de ilustração, gostaria de citar dados do DIEESE que demonstram, para os professores paulistas, por exemplo, uma queda real de 47% em seu poder aquisitivo no período entre janeiro de 1963 e março de 1978. A este respeito ver PERALVA (1992).

base de sua identidade, é vista como uma resultante de vários elementos ligados às práticas política e profissional cotidianas.

Não é, segundo acreditamos, fortuito o fato de que o primeiro documento que encontramos, no que respeita a esta observação, é um documento produzido pela chapa que concorreu à diretoria do Sind-UTE em sua primeira gestão e que era composta, em sua maioria, pelos membros do antigo Comando Geral de Greve de 1979. **Tratava-se, à época, de operar no sentido de deslocar o eixo da mobilização para uma “linguagem” mais compatível com uma intervenção crescentemente institucionalizada.** O documento denota uma clara percepção de que era preciso estar sensível à necessidade de administrar cotidianamente o nível de mobilização e organização conseguidos na “experiência de luta” da categoria. **O eixo das campanhas deveria ser recortado no sentido de conferir uma ainda maior identidade entre militância, lideranças e, agora, entidade.** Vejamos alguns dos elementos presentes na carta-programa, lançada em 1980, da “Chapa” I:

*“(...) Uma entidade sindical não vive apenas da luta aberta, de mobilizações, embora estas sejam essenciais para o avanço da classe. Necessita também de outras atividades, aparentemente secundárias, que aprofundem os laços que mantem com o associado dando a este uma confiança maior na entidade, à qual se habituará a recorrer. (...) Não podemos ignorar também que somos trabalhadores em educação. Nosso papel, nossos métodos, o próprio conhecimento que transmitimos. Tudo isso é matéria de constante reflexão. Cabe à UTE estimular esta reflexão, criar condições para que ela se desenvolva, transformar-se em canal de sua divulgação. (...) Combinando estas questões miúdas do cotidiano do professor com as grandes lutas de classe é que conseguiremos fortalecer a UTE e torná-la uma entidade da maioria do professorado (...)” (grifo nosso)*<sup>5</sup>

5 - Ver: “Carta-programa - Chapa I”. Arquivo Sind-UTE - Pasta “1980 - Greve Magistério “. 1980.

Na seqüência do texto, são enumeradas uma série de propostas quanto à organização da entidade, política de atuação, relação com os demais trabalhadores, etc. Também se enumera e propõe a criação de seções sindicais com seus respectivos objetivos. No que respeita à discussão que propusemos, temos, um pouco adiante, propostas mais concretas que se revelarão, mais tarde, como de extrema importância na definição do perfil institucional:

*“(...) 2.1.9. Departamento Pedagógico - Promover a troca de experiências didáticas entre professores de diversas áreas. Promover o exame, através de encontros estaduais e regionais, de currículos, programas e metodologias do nosso ensino, bem como de nossos materiais didáticos. Apresentar ao governo as conclusões de nossos seminários sobre educação para que ensejem conseqüências práticas. (...) 2.3. - Escolas - 2.3.1. Estimular a criação e funcionamento dos colegiados, que representem a vontade da maioria dentro de cada escola, com o objetivo de democratizar as decisões internas. 2.3.2. Estimular a eleição de representantes (...) 2.3.3. Orientar os representantes por escola para que possam dirigir o trabalho de organização em suas escolas. (...) 2.4. - Conselho Geral - 2.4.1. Dinamizar o conselho geral, dando-lhe um funcionamento regular, reforçando seu poder deliberativo e garantindo a participação ativa dos representantes das sub-sedes, associações filiadas e regionais de BH, eleitos para integrá-lo. (...)” (grifo nosso)<sup>6</sup>*

É interessante notar que o último item, embora dizendo respeito à estrutura sindical geral, vem inserido no bojo das propostas mais especificamente educacionais. No que diz respeito à evolução das estratégias de legitimação e mobilização, é a própria documentação referente à memória da UTE que nos indica os elementos que constituem as linhas gerais do processo:

---

6 - Ver: “Carta-programa - Chapa I”. Arquivo Sind-UTE - Pasta “1980 - Greve Magistério”. 1980.

*“(...) Entretanto, não basta ao sindicato único DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA. Aquela que aí está não nos interessa. O sindicato precisa portanto defende-la e TRANSFORMÁ-LA, o que implica em tratar a questão da luta pedagógica como parte integrante de nossa concepção sindical. Uma grande parcela da categoria que está mais distante da nossa organização sindical e das discussões que temos travado dentro dela, ainda conserva a concepção de que nosso sindicato deve lutar pela melhoria salarial e pelos direitos profissionais da categoria pura e simplesmente. Esta imagem parece corresponder a uma boa parte de nossa história. Em 1979, quando iniciamos nosso caminho, travamos uma luta que era sobretudo por salários, pela efetivação, pela jornada de trabalho. Já naquela ocasião, principalmente ao nos relacionarmos com a comunidade, argumentávamos que o ensino seria de melhor qualidade a partir do momento em que conquistássemos melhores condições profissionais e salariais. Estava portanto implícito que a nossa luta não era apenas corporativa, mas que tinha como objetivo a melhoria da qualidade do ensino.”(grifos nossos)<sup>7</sup>*

Ao proceder à discussão do problema educacional e da melhoria do ensino propriamente ditas, vamos iniciar pelo exame do suposto caráter “não-corporativo da luta” evocado no texto acima. **É interessante notar, nesse caso, que parece ser a própria especificidade de o movimento ser de professores e funcionários de uma rede de prestação serviços pública que faz com que, via-de-regra, vejamos enunciado este tipo de argumento. Comumente, a afirmação do caráter “não-corporativo da luta” estará associada à questão da qualidade do serviço prestado.** Em carta-aberta divulgada em campanha de fins dos anos 70, são visíveis os esforços no sentido de explicitar o que, no documento anterior, é citado como “implícito”:

---

7 - Ver: “Caderno de Teses do Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais”. Arquivo Sind-UTE. UTE/SINPEP/SINTEP/AOEMIG/ADVEM - agosto de 1990. p. 13 e 14.

*“Por isso achamos que a luta não é só dos professores. É também dos senhores pais. (...) É também dos nossos alunos, que padecem com as salas superlotadas, a falta de material de estudo, etc. É de todo o povo trabalhador que precisa de ensino e merece educação decente.”*<sup>8</sup>

Também é o caso, para ficar em apenas dois exemplos que cobrem o início e o fim do período estudado, se examinarmos o documento divulgado na campanha salarial de 93. Ali, vemos:

**“Os funcionários públicos do Estado estão em greve por melhores condições de trabalho e salários. A luta destes trabalhadores é também a luta para que a população possa ter um melhor atendimento de serviços como saúde e educação. O descaso com que o governador Hélio Garcia vem tratando a greve desses trabalhadores é uma demonstração do menosprezo para com aqueles que precisam de hospitais e escolas públicas. A luta do Funcionalismo é uma luta de toda a comunidade. Temos que mostrar ao Governador que não se deve ignorar os nossos professores, nossos médicos, os enfermeiros, os nossos fiscais, o pessoal administrativo. São funcionários que têm o compromisso de prestar bons serviços para a sociedade.”** (grifos nossos)<sup>9</sup>

Note-se que há, na estrutura do texto, uma “movimentação discursiva”, construída no sentido de criar um vínculo indissolúvel entre os três agentes envolvidos (governo, comunidade e professores), a partir das relações estabelecidas no próprio texto. O documento “passeia”, de um a outro agente, imputando responsabilidades, definindo expectativas e sugerindo afinidades. Este tipo de operação, tanto em texto como em intervenções orais, é recorrente nos últimos processos de mobilização. **A afirmação de que a luta por salários**

---

8 - Ver: “Povo de Minas”. Arquivo Sind-UTE - Pasta “1980 - Greve Magistério”. Quinta-feira, 04 de maio. Assinado pela Coordenação Geral do Movimento dos professores Mineiros.

9 - Ver: “Toda Solidariedade à Greve do Funcionalismo Público Estadual”. Várias Entidades. Abril de 1993.



não é do interesse exclusivo da categoria, mas de toda a sociedade, na medida em que implica melhoria da qualidade do serviço prestado é, neste caso, além de estrategicamente interessante no sentido de construir legitimidade para a mobilização, também utilizada como mecanismo de “auto-preservação” junto à comunidade. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de imputar ao governo a parte substantiva da responsabilidade pelos prejuízos decorrentes do processo de greve. Nesse sentido, o uso deste tipo de argumento parece também se destinar a aliviar as tensões decorrentes do fato de que a face mais visível da greve é, efetivamente, a dos professores.

No caso da campanha de 1993, isto se torna ainda mais claro. O processo de “contra-propaganda” implementado pelo governo tinha como eixo central o suposto comprometimento da qualidade do ensino que se verificou a partir do excesso de greves na rede estadual. Isso chegou a ser usado como argumento junto a pais e alunos para o processo de implementação do “projeto de qualidade” e da municipalização. O fato concreto é que a estratégia governamental pareceu surtir algum efeito, haja vista o destaque conferido pelos grandes veículos de comunicação ao “projeto de qualidade” do governo que estaria, inclusive, projetando Minas no contexto nacional. Em documento produzido algumas semanas após o citado acima, o movimento parece mudar ligeiramente o tom do apelo como que se colocando mais na defensiva:

*“Nós, servidores públicos de Minas Gerais, estamos em greve há mais de dois meses. Lutando por reajustes salariais para fazer frente à miséria que ronda nossas casas. Tivemos que lançar mão deste instrumento de luta consagrado na constituição, dado o descaso do governo em negociar para melhorar a situação salarial do trabalhador público no segundo Estado em arrecadação do País. Pagar melhores salários ao funcionalismo público é investir na qualidade do serviço público.” (grifos nossos)<sup>10</sup>.*

É sabido por todos, professores, pais e alunos, que uma greve de trabalhadores em educação em geral se estende por várias semanas, o que

---

10 - Ver: “Greve Continua - Ao Povo Mineiro”. Comando Geral de Greve. Maio de 1993.

redunda em prejuízos pedagógicos inestimáveis. É isto que explica, em parte, o fato de que os governos, em geral, sempre esperam por um certo desgaste no movimento antes de abrir as negociações propriamente ditas. As greves de professores nunca duram menos que trinta dias, o suficiente para já comprometer o processo pedagógico em curso<sup>11</sup>.

Passemos, agora, ao exame do problema da gestão escolar. Analisando as pautas de reivindicações das diversas campanhas salariais do movimento dos professores da rede pública estadual de ensino, percebemos a existência de uma série de reivindicações e posturas que são recorrentes. A partir delas, podemos perceber a emergência de uma intensa discussão sobre as questões da democracia, da gestão do trabalho e das políticas educacionais, o que redunda em propostas políticas e pedagógicas diferenciadas dos gestores estatais. Somos induzidos à discussão sobre a “especificidade da luta dos trabalhadores do ensino”, definição construída a partir da prática de mobilização inscrita na própria existência da UTE.

Isto pode ser percebido em termos mais concretos a partir do exame das reivindicações históricas do movimento, presentes desde sua primeira manifestação mais expressiva em período recente, a greve de 1979, à qual o professorado confere um caráter quase que “inaugural”. No plano do cotidiano da vida escolar, destaca-se que, nesta campanha, pela primeira vez, estão presentes reivindicações que dizem respeito à busca de uma maior ingerência do trabalhador no controle do processo educacional. Isto é expresso, sobretudo, nas demandas por uma ação mais decisiva dos trabalhadores no sentido da definição da política educacional, inclusive quanto à política de contratação e demissão de pessoal.

Na campanha de 1980, também temos evidências desta preocupação, as quais podem ser percebidas a partir da própria proposta de pauta de reivindicações. Ali, além dos itens relativos a salários e condições de trabalho e saúde, existe um tópico específico sobre melhoria do ensino e gestão. É sugerida uma série de procedimentos que vão desde a limitação do número de

---

11 - Embora o documento citado seja assinado por uma série de entidades externas ao movimento, a impressão que ficou é a de que não se consegue mais, na magnitude dos níveis anteriores, a adesão plena da comunidade ao movimento.

alunos por sala até o aparelhamento das escolas, passando por material didático, bibliotecas, etc<sup>12</sup>.

Este tipo de preocupação também se traduzirá, posteriormente, na busca da discussão e implementação de propostas de autogestão, ainda que com alcance limitado, quais sejam: as eleições diretas para diretor de escola<sup>13</sup>, a restauração dos colegiados de curso (responsáveis por uma relativa autonomia das unidades escolares<sup>14</sup>) e a tentativa de recuperação do papel dos trabalhadores em educação na gestão do processo educacional nas escolas e na Secretaria Estadual de Educação.

Tais reivindicações amparam-se na avaliação, feita pelo movimento dos educadores, de que não se conseguirá a melhoria das condições de trabalho (e da qualidade da educação), enquanto não se enfrentar o problema de que os trabalhadores em educação, que são o sujeito privilegiado no processo educacional, estão colocados à margem do processo de gestão. **Aquilo que havia sido anunciado “implicitamente” em campanhas anteriores ganha, em meados dos anos 80, maior centralidade.** No contexto das mobilizações e campanhas, o movimento afirma que o processo de gestão está a cargo da “burocracia estatal”, de pedagogos, orientadores educacionais e de professores

---

12 - Ver: “Propostas de reivindicações do Magistério para 1980”. Arquivo Sind-UTE - Pasta “1980 - Greve Magistério”. 1980.

13 - É sabido, por exemplo, que a demanda por eleições diretas para diretor, ao lado de reivindicações salariais, é, talvez, o tema mais relevante da greve de 1986. Ver: “U.T.E. 1979/1987 - Um Pouco de Nossa História”. p. 21.

14 - A este respeito, existe um documento interessante nos arquivos do Sind-UTE. Nele, consta uma discussão sobre o funcionamento dos Colegiados, previstos pelo estatuto do magistério, Lei 7.109 de 13/10/77, que estava, na prática, sendo “esvaziado” por uma série de iniciativas governamentais. O argumento central é o de que, além da flagrante não-implantação, na maioria dos casos, dos colegiados nas unidades escolares, a soberania dos colegiados teria sido ferida por uma resolução da Secretaria de Estado da Educação (3.119/79) através de uma série de artifícios. Ver: “Princípios básicos para composição e funcionamento do colegiado das escolas estaduais”. Arquivo Sind-UTE - Pasta “1980 - Greve Magistério”. S/autor. S/data.

que, no exercício destas tarefas, se afastaram da especificidade de seu “saber-fazer”, o que tem resultado em sérios danos para o sistema educacional<sup>15</sup>.

Mais do que apenas denunciar a questão dos motivos da queda da “qualidade do ensino”, o que o movimento busca é também **ocupar um espaço junto aos outros segmentos da comunidade escolar**, na discussão da questão da educação, e insistir no fato de que não cabe ao professorado, alijado do pleno exercício do seu “saber-fazer”, a responsabilidade sobre as péssimas condições de ensino que se refletem na formação dos alunos. Ao mesmo tempo, procura-se construir legitimidade para a mobilização (é cada vez maior a recorrência das greves a partir de 86) acenando-se com uma expectativa de melhora futura. A este respeito, o Caderno de Teses também nos dá elementos:

*“As primeiras greves de 79 e 80 sempre contaram com um apoio fantástico da opinião pública, dos pais de alunos e do movimento popular. E fomos percebendo que ao longo dos anos este apoio foi se tornando **mais passivo que ativo, mais distante que vizinho e muito menos engajado.** (...) Aquela solidariedade ativa e militante de grandes parcelas da população foi minguando. E foi minguando, **entre outras coisas, porque desde 79 a nossa luta tinha uma promessa implícita. Era a promessa de que não beneficiaria apenas os trabalhadores do ensino enquanto tais, mas beneficiaria todos aqueles que esperam um serviço público - educação - de boa qualidade. Mas essa promessa continuou implícita. Ela não se explicitava e não se traduzia.**”* (grifos nossos)<sup>16</sup>

---

15 - Ao que tudo indica, em meados dos anos oitenta, a questão salarial, embora também se colocasse como fator de mobilização, não tinha o peso que é atribuído atualmente. À época, o eixo da mobilização parece de fato deslocar-se para a questão da gestão do trabalho. É sugestivo, por exemplo, o fato de que, na pauta de reivindicações da campanha de 1993, conste como um dos itens o cumprimento do artigo da Constituição Estadual que dispõe “sobre a recomposição dos salários dos servidores públicos estaduais nos níveis de outubro de 1986”. Ver: “Impeachment do Hélio - Base Legal” - Abril de 1993.

16 - Ver: “Caderno de Teses do Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais”. Arquivo Sind-UTE. UTE/SINPEP/SINTEP/AOEMIG/ADVEM - agosto de 1990. p. 14.

A avaliação explicitada acima silencia (a expressão “*entre outras coisas*” sugere esta lacuna) sobre o que procuramos apontar no tópico anterior, como elementos fulcrais no processo de mobilização e legitimação do movimento, em fins dos anos 70, perante a opinião pública e a comunidade. O que o documento citado espelha é que, na avaliação da UTE, agora a legitimidade deve ser construída por outras vias.

Este tema, que vem sendo constantemente trabalhado no interior da UTE, diz, portanto, respeito à relação entre o trabalho do sindicato, sua relação com a base e a melhoria da qualidade do ensino, ou seja, à avaliação do trabalho do educador e sua entidade no desempenho da sua “função” primeira. Foi esta discussão que ensejou a criação do Departamento Cultural da UTE e que orienta as linhas gerais de sua política sindical em relação à questão pedagógica desde então:

*“Fomos forjando uma visão mais ampla e mais integradora das especificidades de um sindicato de trabalhadores em Educação. Foi aí que concluímos que sem abandonar em nada e de maneira alguma a luta pelo salário e pelas condições profissionais - que fazem parte da essência da atividade sindical - mas, ao contrário, ampliando e radicalizando esta luta, deveríamos explicitar e traduzir em atitudes concretas a luta pela transformação da escola, dos seus objetivos, do seu papel na sociedade, de sua estrutura, de suas relações internas e dos seus métodos.”* (grifos nossos)<sup>17</sup>

Neste processo, tem-se a remissão da questão da qualidade do ensino a um “Projeto de Sociedade” que tem como premissa o controle do trabalhador sobre o seu “saber-fazer”, o que implica uma recolocação, em termos de melhor evidenciar e explicitar, as articulações entre o cotidiano do trabalho e o processo histórico. Esta constatação é corroborada por uma série de evidências presentes nos discursos

---

17 - Ver: “Caderno de Teses do Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais”. Arquivo Sind-UTE. UTE/SINPEP/SINTEP/AOEMIG/ADVEM - agosto de 1990. p. 14.

e representações criadas pelo próprio movimento<sup>18</sup> e também por evidências encontradas junto ao movimento dos estudantes desde as origens<sup>19</sup>.

Neste tipo de demarcação, percebe-se uma questão interessante: a recusa do “Tecnicismo”, corrente pedagógica que tão larga aceitação teve nos anos 60 e 70, ampara-se num argumento eminentemente político. Na ótica destes agentes, a necessidade de recuperação da “gestão escolar” inscreve-se num contexto mais amplo de redemocratização plena da sociedade brasileira, o que se deve fazer inclusive, pela conquista do espaço da educação como espaço privilegiado do exercício e “aprendizado” da cidadania e de reflexão crítica. Este espaço havia “se perdido” em função das vicissitudes da “tecnologia pedagógica” implantada pelo regime militar.

Existe, no arquivo da UTE, um documento interessante a este respeito, onde a autora discute a questão das correntes pedagógicas estreitamente associada à questão política. No texto “Quem Educa o Educador?”, reprodução de conferência proferida por Maria Nilde Mascellani, professora pública aposentada pelo AI-5, a autora tece considerações acerca da realidade educacional Brasileira e da perda da capacidade crítica (no que respeita à capacidade de avaliação da realidade e reavaliação do processo pedagógico) do professorado brasileiro em função da ditadura e do tecnicismo<sup>20</sup>. A rejeição do tecnicismo e o combate aos grupos que o defendem no interior do sistema revestem-se, portanto, de um conteúdo extra-sindical, na medida em que se associam a uma concepção de prática profissional e à luta pela

---

18 - A este respeito, o caderno “1º Congresso de Política Educacional dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais”, elaborado pela UTE para dar subsídios ao referido congresso, é pleno de referências e constitui-se em uma valiosa fonte para observação e análise. Ver: “1º Congresso de Política Educacional dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais”. Arquivo Sind-UTE. s/data.

19 - Assim, temos no Boletim “Nossos Professores estão em Greve” uma avaliação do impacto da política educacional e dos salários sobre a qualidade do ensino. Os autores concluem pelo apoio ao movimento dos docentes após considerar “a influência negativa que os péssimos salários dos professores provocam no nível do ensino, provocando um grande desinteresse e tornando as aulas acríticas e monótonas” (grifo nosso) Ver: “Nossos Professores Estão em Greve”. Arquivo Sind-UTE - Pasta “U.T.E. MG - Greve 79”. s/data.

20 - Ver: “Quem Educa O Educador?”. Arquivo Sind-UTE - Pasta “Correspondência Recebida 1979 - 1980/1ª Parte”. s/data.

redemocratização plena do país. Nesta mesma linha caminha um dos textos presentes no caderno de textos destinado à preparação do “1º Congresso de Política Educacional dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais”. Naquele documento, o autor, um dos mais convidados pela entidade para seus eventos, desenvolve o argumento de que a qualidade do ensino deverá estar sempre associada a um projeto global de transformação da sociedade. Ali, lemos:

*“Os profissionais do ensino tem falado, e alto, nas praças, reivindicando os seus direitos como trabalhadores (salários, jornada de trabalho, estabilidade no emprego, etc...) mas tem permanecido bastante silenciosos nas escolas à espera de diretrizes pedagógicas vindas dos órgãos centrais e regionais. Um congresso como esse pode representar oportunidade para debatermos práticas educativas que sirvam de fato a um projeto social transformador. E só aí a competência adquire sentido. A categoria tem que adquirir competência para posicionar-se politicamente frente às propostas pedagógicas oficiais ao mesmo tempo que luta para conquistar condições de trabalho e espaços de liberdade para por em prática suas propostas alternativas”<sup>21</sup>*

Ao cabo desta primeira observação, chegou-se à percepção de que, entre as tendências pedagógicas apuradas no interior do movimento dos trabalhadores em educação e da UTE, existe a inspiração de vários modelos, o que constitui um largo espectro. A despeito desta diversidade, verifica-se uma grande convergência no que diz respeito à defesa da autonomia das unidades educacionais no tratamento da questão pedagógica. Cabe ao sindicato atuar positivamente na criação de condições para o debate e conduzi-lo. O que está colocado, nesse caso, é um apelo à unidade do movimento, resguardadas as especificidades de cada segmento. Assim, temos, na explicitação da especificidade do sindicato de trabalhadores do ensino, a proposta de uma estreita articulação entre a luta geral, a luta sindical e o processo de trabalho:

---

21 - Ver: Caderno do “1º Congresso de Política Educacional dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais”. Arquivo Sind-UTE. Refiro-me em especial ao artigo de Miguel Arroyo: “A Ação do Governo e o Interesse dos Trabalhadores do Ensino”.

*“As pessoas se sentem cidadãs, militantes, criativas e transformadoras nas lutas gerais, mas não se sentem cidadãs na sua própria escola. Dentro da escola: carências de espaços democráticos, fragmentação dos conteúdos, avaliação defasada, evasão escolar e repetência. Por isto é vital para um sindicato como o nosso fazer com que as pessoas procurem estabelecer uma outra relação com seu próprio trabalho.” (grifo nosso)<sup>22</sup>*

Também na campanha de 1993, esta temática será retomada, e exaustivamente discutida, à luz de uma questão que estava na ordem do dia: O problema da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estava, então, tramitando no Congresso. No fim dos anos 80, ao cabo de uma intensa mobilização e discussão proveniente da maior parte das entidades envolvidas no processo pedagógico em geral, elaborou-se, finalmente, um projeto que atendia, na média, à maioria dos envolvidos.

À época, o projeto estava “encalhado”, já há algum tempo, nas prateleiras do Congresso. O projeto elaborado contemplava, entre outras, uma série de reivindicações ligadas ao problema da gestão escolar, e procura consagrar uma relativa autonomia de gestão para os profissionais diretamente envolvidos no processo pedagógico, pelo que se deflagrou intensa mobilização para pressionar o Congresso Nacional pela aprovação do anteprojeto. É nesse tom a fala de E. (diretoria), exortando os companheiros a se integrarem à mobilização e relatando o que já se conseguiu:

*“Há quatro anos tramita a LDB. No País inteiro está sendo encaminhada um caravana a Brasília para pressionar pela aprovação. Dias 13 e 14 é a votação, dia 15 é o dia nacional de luta pela educação. Luiz Dulci, Sec. Municipal de Governo, foi contatado e cedeu ônibus. O estádio Mané Garrincha está lotado com gente do Brasil inteiro”<sup>23</sup>.*

22 - Ver: “Caderno de Teses do Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais”. Arquivo Sind-UTE/SINPEP/SINTEP/AOEMIG/ADVEM - agosto de 1990. p. 15.

23 - Ver: Reunião do Comando dos Professores - Comando Geral de Greve/Ficha de Acompanhamento - 12/04/93.



A fala dá a medida dos segmentos envolvidos, extrapolando as questões localizadas de cada Estado e segmento. Este tipo de intervenção será retomado em diversos outros momentos da mobilização, o que evidencia a persistência, embora com peso diferenciado, ainda em 93, deste tipo de apelo no seio do movimento. Digo peso diferenciado, porque, efetivamente, a resposta às iniciativas do gênero no contexto dessa campanha se mostrou um pouco aquém das expectativas criadas pelos próprios formuladores da proposta.

Também verificamos situação análoga à descrita acima após o exame do problema da municipalização. Pudemos perceber que, em 1993, o movimento tinha, movido pelas circunstâncias, se deslocado de um de seus eixos fundamentais e incorrido em um paradoxo. Refere-se ao fato de que o movimento dos trabalhadores em educação, que sempre se bateu pela descentralização da gestão do processo educacional, tinha, agora, certa dificuldade em aceitar o processo de municipalização do ensino, previsto tanto em dispositivo constitucional quanto no “Projeto de Qualidade do Governo”.

O que se levanta como argumento no interior do movimento é o fato de que, sem contemplar a resolução de outras questões, como a salarial por exemplo<sup>24</sup>, a proposta de municipalização soa como uma “Operação Desmonte” destinada tão somente a aliviar a carga do Estado quanto à gestão do sistema<sup>25</sup>. Vai também nesse sentido o depoimento de V. (comando):

24 - Quanto à questão salarial especificamente é sugestiva a matéria publicada em 26 de maio pela revista “Isto É”. A questão salarial é levantada, em matéria publicada em seu caderno regional, como o principal entrave ao pleno desenvolvimento do sistema educacional do Estado de Minas Gerais. Ali, também lemos o depoimento de L., diretora do sindicato: “*O Secretário tem um projeto de qualidade total que exige o esforço e a determinação de todos os servidores da educação, mas imagina que a busca da qualidade está desatrelada da questão salarial*”. Ver: “Escola da Deseducação - Impasse: Professores e Estado não Fazem Acordo e os Alunos Perdem”. *Isto É*, São Paulo, p. 12 e 13, 26 maio 1993.

25 - É elucidativa, embora não discuta exclusivamente o problema da municipalização, a “carta-aberta” enviada pelo presidente do Sind-UTE ao presidente do BIRD Sr. Lewis T. Preston e amplamente divulgada por ocasião da greve de 93. Nesse documento, o sindicato procura **denunciar a falência do sistema de ensino público no Estado de Minas Gerais, a partir da citação de dados sobre salário e distribuição de verbas para a educação**. A iniciativa veio no sentido de responder a uma série de notícias que vinham sendo veiculadas junto à grande imprensa acerca de um grande financiamento - US\$ 150 milhões - conseguido pelo governo do Estado, junto ao BIRD, graças a seu “Projeto de Qualidade”. No texto, levanta-se a suspeita sobre a correta aplicação dos recursos nas escolas e sobre o cumprimento,

*“O projeto do Walfrido é privatizante. Eu, hoje, na Secretaria de Educação, só cumpro rotinas. Daqui a algum tempo, os diretores de escolas também só cumprirão rotinas. O que está em curso é a terceirização que já está na prática via consultorias e etc”<sup>26</sup>.*

No caso, o que coloca o movimento em posição delicada, tanto em relação ao conjunto da comunidade escolar quanto em relação a sua própria história, é o fato de que, quanto aos principais envolvidos na discussão da proposta de municipalização, a aceitabilidade da mesma parece se constituir numa tendência clara. É o que se verifica, por exemplo, a partir do depoimento de vários dos presentes a uma reunião da diretoria do sindicato destinada a avaliar o impacto da proposta governamental para o ensino, e alternativas a ela. E. (diretoria), nos diz:

*“o processo de municipalização está aí e, por mais que a gente não queira, é relativamente bem aceito pela população”<sup>27</sup>.*

No mesmo sentido, caminha o depoimento de outro membro da diretoria, quando tenta inscrever suas preocupações no contexto mais amplo e afirma que o pano de fundo da questão é que o projeto Neo-Liberal está “vingando” e em seu bojo vêm a municipalização e o “programa de qualidade”. P. (diretoria), revela:

---

pelo Governo do Estado, de sua parte na liberação dos recursos (outros US\$ 150 milhões). Ao final, vai ao ponto levantado: *“Assim, solicitamos da direção do BIRD que condicione este empréstimo à efetiva valorização dos profissionais da educação em Minas Gerais”*. Ver: “Sind-UTE: Alerta Banco Mundial” - Carta enviada ao Sr. Lewis T. Preston, 20 de abril de 1993.

26 - Ver: Reunião do Comando dos Professores - Comando Geral de Greve/Ficha de Acompanhamento - 17/05/93.

27 - Ver: Reunião da Diretoria/Ficha de Acompanhamento - 19/04/93.

*“Me corrijam se eu estiver errado, mas as últimas escolas que o Estado construiu foram todas entregues ao município. O Estado parece querer reservar para si apenas aquelas nas quais possa ter “qualidade”.*<sup>28</sup>

O que nos pareceu interessante, no caso, é como uma proposta à qual o próprio movimento não teria, em tese, dificuldades em aderir, torna-se de difícil aceitação, na medida em que é encampada pelo Estado. **Isto parece refletir uma dificuldade mais ampla de retomar o antigo nível de mobilização em relação a este tema e um conseqüente temor quanto à perda desta “bandeira de luta” como instrumento de convencimento.** Isto também é evidenciado pelas próprias circunstâncias em que os depoimentos citados são enunciados. Na reunião convocada para discutir o tema, foi reduzido o número de adesões e as intervenções pontuadas por certa apatia como se fosse uma questão menor. Destaque-se, ainda, o fato de que se trata de reunião realizada em um contexto de campanha salarial, o que sugeriria um maior volume de participações.

Em síntese, diríamos, **no que se refere ao problema da qualidade do ensino, antes tão fundamentalmente constitutiva da própria identidade do movimento, que em 93, em função das vicissitudes apontadas, o movimento parece “vir a reboque” das iniciativas do governo, numa postura mais reativa do que propositiva.** No mínimo, pode-se afirmar que houve uma mudança no eixo da mobilização, na medida em que o Sind-UTE não conseguiu se contrapor efetivamente ao ponto de se constituir em elaborador de um projeto alternativo ao “Projeto de Qualidade” do Secretário Estadual de Educação, Walfrido dos Mares Guia, que pudesse ser aceito e legitimado pela comunidade escolar.

O fato acima aludido expressa, em nossa perspectiva, **alguns dos impasses que se apresentam ao movimento de educadores em sua configuração atual.** Neste contexto, o que se percebe é uma situação de crise - que, na verdade, se confunde com a crise do movimento sindical em geral - que está

---

28 - Ver: Reunião da Diretoria/Ficha de Acompanhamento - 19/04/93.

ligada a um processo mais amplo de reordenamento do sistema produtivo<sup>29</sup>. Neste, naquilo que nos interessa mais de perto, o papel do Estado tem sido rediscutido permanentemente. A avaliação do alcance das diversas concepções educacionais tende a ser, em função da fragilidade do movimento sindical em questão e do sucateamento do sistema de ensino público, colocada em foco sob o prisma do mercado. A persistir este contexto, o movimento de educadores tende a entrar em condições desfavoráveis neste embate ideológico. Isto se explica pela percepção de que seu apelo fundamental - e mesmo sua identidade - se remetem ao plano da transformação social num outro sentido, o da supressão de uma ordem social desigual, e que este apelo não tem encontrado a ressonância anteriormente alcançada.

Ao finalizar, gostaríamos de deixar sugerida uma nova possibilidade de análise que se apresenta à luz das observações precedentes. O exame das “tecnologias pedagógicas, em seus fundamentos sócio-históricos, aproximou-nos da idéia básica de que existe, seja no plano interno ao sistema de ensino público, seja no do enfrentamento com o externo, um alto grau de conflitividade. Este, longe de referir-se exclusivamente às grandes “ideologias educacionais”, diz respeito também às práticas cotidianas e políticas dos agentes sociais. Tal perspectiva abre uma senda interessante no tocante ao estudo de “como” se processam, no interior do sistema educacional, “traduções” ou “leituras” da realidade histórica. Tal estudo, integrando as análises de nível macro e micro - uma das reivindicações mais prementes da sociologia contemporânea - deveria tentar perceber em que medida o comportamento profissional dos agentes é, a um só tempo, constitutivo e constituído pela própria atuação no processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

---

29 - Não é fortuito, em nossa perspectiva, o grande “frisson” causado pelos diversos programas de Qualidade Total que têm sido veiculados nos “mass media”. Parece estar se processando - em maior grau nos países de capitalismo avançado, mas também em escala perceptível no Brasil - um amplo processo de “reconstrução” das relações de produção e trabalho à luz da nova ordem mundial.

- CUNHA, Luis A.R. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1975. 291 p.
- CURY, Carlos Jamil. "Educação e conjuntura atual". *Educação em Revista*. Belo Horizonte, nº 1, p. 1-48, jul. 1985.
- DAMASCENO, Alberto e Outros. *Educação como ato político partidário*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1989. 247 p.
- FURTADO, João. *Da União ao Sind-UTE: A Experiência dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais (1979-1993)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1993. 226 p. (Dissertação de Mestrado)
- GADOTTI, Moacir. *Educação e compromisso*. Campinas: Papirus, 1985.
- GADOTTI, Moacir e outros. *Pedagogia: Diálogo e conflito*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- LIBANEO, José Carlos. *Democratização da escola pública - A pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. Trabalho: a Categoria-chave da Sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, nº 10, p. 05-20, jun. 1989.
- PERALVA, Angelina Teixeira. *Reinventando a Escola: a luta dos professores públicos do estado de São Paulo na transição democrática*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1992. 158 p. (Tese, Livre-Docência).
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *A formação política do professor de 1º e 2º graus*. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. 280 p. (1ª ed. 1984).
- SAVIANI, Demerval. "Uma estratégia para defesa da escola pública: retirar

a educação da tutela do Estado". *Revista de Ensino de Física*, vol. 2, nº 2, p. 77-88, maio/80.

\_\_\_\_\_. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

. "1º Congresso de Política Educacional dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais" - Caderno de Textos. UTE, 1985-87.

. "Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais" - Caderno de teses. UTE/SINPEP/SINTEP/AOEMIG/ADVEM. Agosto de 1990.

. "I Congresso da UTE/ II Congresso da UTE" - Documentos. Pasta do Arquivo do Sind-UTE.

. "Construção da Entidade Nacional dos Trabalhadores na Educação". Textos. Vários Autores. 1980.

. "Correspondência Recebida 1979 e 1980 - 1ª Parte" - Documentos. Pasta do Arquivo do Sind-UTE.

. "1980 - Greve Magistério" - Documentos. Pasta do Arquivo do Sind-UTE.

. "UTE - 1979/1987 - Um Pouco de Nossa História". UTE. Belo Horizonte. Março de 1987.

. UTE-MG/ Greve 1979" - Documentos. Pasta do Arquivo do Sind-UTE.